



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JOSÉ BENTO JUNIOR

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**ALAGOA GRANDE – PB
2022**

JOSÉ BENTO JUNIOR

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal da Paraíba – Campus Alagoa Grande, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de especialista.

ORIENTADORA: ESTEPHANE ENADIR LUCENA DUARTE PEREIRA

**ALAGOA GRANDE – PB
2022**

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

B478i Bento Junior, José.
Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: Uma proposta de intervenção pedagógica. / José Bento Júnior. – Alagoa Grande, 2022. 18 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientadora: Esthefane Enadir Lucena Duarte Pereira

1. Inclusão. 2. Mercado de Trabalho. 3. Pessoa com Deficiência. I. Título.

CDU 37.013-056.26

JOSÉ BENTO JUNIOR
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal da Paraíba – Campus Alagoa Grande, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 29 de abril de 2022

Banca Examinadora

Estephane Enadir Lucena Duarte Pereira
Orientador(a): Estephane Enadir Lucena Duarte Pereira

Karoline Fernandes Siqueira Campos
Membro Interno do IFPB: Karoline Fernandes Siqueira Campos

Ana Maria Gonçalves Duarte Mendonça
Membro externo: Ana Maria Gonçalves Duarte

RESUMO

O trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de intervenção pedagógica acerca da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Irão participar da pesquisa 30 alunos, de ambos os sexos, com idade compreendida entre 18 e 20 anos. Para realizar esta pesquisa, os estudantes devem estar regularmente matriculados numa turma do curso técnico em administração de uma instituição de ensino localizada em Santa Rita, na Paraíba. O tema será trabalhado em três momentos. Na etapa inicial, serão ministradas aulas envolvendo a temática PCD (pessoa com deficiência), introduzindo informações sobre as adaptações físicas e dados sobre cotas. Para isso, serão utilizados materiais impressos, analisados dados estatísticos e materiais de apoio pedagógico para encorajar o debate entre os alunos. Na etapa seguinte será proposta uma visita técnica ao ambiente de trabalho, trazendo a visão de uma pessoa com deficiência, demonstrando que a depender da deficiência as adaptações podem variar. Na terceira etapa, será aplicado um questionário para mensurar o quanto a intervenção irá mudar a visão dos alunos sobre a atuação do PCD no mercado de trabalho. Como resultados esperados, pretende-se que os alunos compreendam que apesar das limitações existirem, é possível que diversas atividades sejam executadas por pessoas com deficiência. O intuito é que os envolvidos percebam a finalidade dos assuntos abordados e os relacionem à atuação profissional do PCD, sendo a intervenção um meio facilitador. Por fim, destaca-se que apesar da existência de barreiras para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, o artigo evidencia a capacidade laboral do PCD e o uso de adaptações para superação das limitações deste público.

Palavras-Chave: Inclusão; Mercado de Trabalho; Pessoa com deficiência.

Inclusion of people with disabilities in the labor market: a proposal for pedagogical intervention

ABSTRACT

The objective of this work is to present a proposal for a pedagogical intervention about the inclusion of people with disabilities in the labor market. Thirty students of both sexes, aged between 18 and 20 years, will participate in the research. To carry out this research, students must be regularly enrolled in a class of the technical course in administration, from an educational institution located in Santa Rita, Paraíba. The theme will be worked on in three moments. In the initial stage, classes will be given involving the theme Person with Disabilities, introducing information on physical adaptations and data on quotas. This will be done using printed materials, analyzing statistical data and teaching support materials to encourage debate among students. In the next step, a technical visit to the work environment will be proposed, bringing the vision of a person with a disability, demonstrating that depending on the disability, adaptations may vary. In the third stage, where a questionnaire will be applied to measure how much the intervention will change the students' view on the performance of the person with disabilities in the labor market. As expected results, it is intended that students understand that despite the limitations exist, it is possible that several activities are performed by people with disabilities. The aim is for those involved to understand the purpose of the issues addressed and relate them to the professional performance of the person with a disability, with the intervention being a facilitating means. Finally, it is noteworthy that despite the existence of barriers to the insertion of people with disabilities in the labor market, the article highlights the work capacity of the PCD and the use of adaptations to overcome the limitations of this public.

Keywords: *Inclusion, Person with disability, work environment.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	09
2.1 <i>Pessoa com Deficiência</i>	09
2.2 <i>Pessoa com Deficiência e mercado de trabalho</i>	10
2.3 <i>A inserção da tecnologia assistiva na prática inclusiva</i>	11
2.4 <i>Práticas de intervenção pedagógica e inclusão de deficientes no mercado de trabalho</i>	11
3 METODOLOGIA	12
3.1 <i>Participantes</i>	12
3.2 <i>Instrumentos</i>	13
3.3 <i>Procedimentos</i>	13
4 RESULTADOS ESPERADOS	16
5 CONCLUSÃO	17
6 REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, houve uma evolução positiva das terminologias e concepções envolvendo a Pessoa com Deficiência (PCD), apesar de boa parte da população brasileira permanecer com uma visão limitada e estereotipada sobre o assunto.

As terminologias antigas, retratavam a forma como a PCD era vista pela sociedade, como se pode notar pelo uso de termos pejorativos como “inválido”, “incapacitado” e “defeituoso”. Apesar do processo de inclusão ser lento, devido a bagagem cultural que trata a PCD como pessoa sem valor social, a sociedade está evoluindo não apenas em terminologia, com a adoção da expressão “Pessoa com Deficiência”, mas também no conceito. A inclusão social da PCD é a concretização da sua importância e contribuição social: a partir de 1981, ano internacional da pessoa com deficiência, a PCD passou a ser notada na sociedade, tendo conquistas significativas em mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2008).

As deficiências podem ser físicas, psicológicas ou mentais e a Pessoa com Deficiência (PCD) é qualquer pessoa que possui limitações provenientes dessas deficiências. A Pessoa com Deficiência é aquela que tem impedimentos de naturezas variadas que podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei: Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo 2º).

Segundo o IBGE (Censo demográfico, 2010), no Brasil existem mais de 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental. Ou seja, a cada 100 brasileiros, 19 teriam deficiência visual, sete teriam deficiência motora, cinco possuiriam deficiência auditiva e uma pessoa deficiência mental ou intelectual, levando em consideração a possibilidade de uma pessoa ter mais de uma deficiência.

Deve-se entender que ser PCD não implica em ser incapaz, por mais variadas que sejam as limitações, em sua maioria, essas podem ser supridas por adaptações, dando à Pessoa com Deficiência autonomia, independência pessoal e capacidade laboral. A Lei Nº 13.146/2015 em seu Art. 4º especifica que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

No termo Pessoa com Deficiência, a palavra Pessoa vem antes da Deficiência, visto que apesar da existência de deficiências ou limitações existe uma pessoa. Define-se “pessoa”

como “Ser humano; quem pertence à espécie humana; indivíduo a quem se atribuem deveres e direitos”. (PESSOA, 2022). Então, o ser é superior a qualquer limitação, ficando essa capaz de ser suprida por adaptações, que muitas vezes são simples.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pessoa com Deficiência

Devido à limitação da visão sobre o PCD, muitas vezes há formação de conceitos errôneos, direcionados a uma unificação de ideias. Ao longo das décadas houve uma evolução positiva sobre as terminologias e concepções sobre as Pessoas com Deficiência.

As terminologias antigas retratavam a forma como os PCD eram vistos pela sociedade, como pode notar nos termos “inválidos”, “incapacitado” e “defeituoso”. Apesar do processo de inclusão ser lento devido a bagagem cultural que trata o PCD como pessoa sem valor social, a sociedade está evoluindo não apenas em terminologia, com o uso da “Pessoa com Deficiência”, mas também no conceito. A inclusão social do PCD é a concretização da importância e contribuição social, onde a partir de 1981, ano internacional da pessoa com deficiência, o PCD passou a ser notada na sociedade, tendo conquistas significativas em mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2008).

As deficiências podem ser físicas, psicológicas ou mentais e Pessoa com Deficiência (PCD) é qualquer pessoa que possui limitações provenientes dessas deficiências. A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de naturezas variadas que podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei: Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo 2º).

Segundo o IBGE (Censo demográfico, 2010), no Brasil existem mais de 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental. Ou seja, a cada 100 brasileiros, 19 teriam deficiência visual, 7 teriam deficiência motora, 5 possuiriam deficiência auditiva e 1 pessoa deficiência mental ou intelectual, levando em consideração a possibilidade de uma pessoa ter mais de uma deficiência.

Deve-se entender que o fato de ser PCD não implica em sua incapacidade, por mais variadas que sejam as limitações, em sua maioria, podem ser supridas por adaptações, dando a pessoa com deficiência autonomia, independência pessoal e capacidade laboral. A Lei Nº

13.146/2015 em seu Art. 4º especifica que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

No termo Pessoa com Deficiência, a palavra Pessoa vem antes da Deficiência, visto que apesar da existência de deficiências ou limitações existe uma pessoa. Define-se “pessoa” como “Ser humano; quem pertence à espécie humana; indivíduo a quem se atribuem deveres e direitos”. (PESSOA, 2022). Então o ser é superior a qualquer limitação, ficando essa capaz de ser suprida por adaptações, que muitas vezes são simples.

2.2 Pessoa com Deficiência e mercado de trabalho.

No tocante ao mercado de trabalho, o PCD acaba enfrentando alguns desafios, sejam relacionados a aceitação por parte da empresa, pelos colegas de trabalho ou falta de adaptações necessárias.

A falta de conhecimento sobre a legislação, muitas vezes por parte da pessoa com deficiência, torna-se fator decisório para a não inclusão no mercado de trabalho. No Brasil, a legislação que trata da lei de cotas à pessoa com deficiência é a LEI Nº 8.213, que em seu artigo 93 relata que “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.”

O direito ao trabalho para PCD também está instituído no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Capítulo IV, Seção I, artigo 34, no qual lê-se: “a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.” Já no inciso primeiro especifica o direito à adaptação, trazendo a obrigatoriedade por parte da empresa. “As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.”

Ressalta-se que é função do Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo esses dados, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados.

2.3 A inserção da tecnologia assistiva na prática inclusiva

No atual cenário tecnológico, é fundamental que a acessibilidade se integre ao meio digital, a inclusão deve ocorrer tanto no meio físico, como também no virtual. Para isso, deve-se fazer uso de recursos que facilitem o entendimento do conteúdo exposto. Tornar um conteúdo digital acessível facilita o entendimento para qualquer pessoa, não apenas pessoas com deficiência.

Para Mello (1997), tecnologia assistiva é qualquer item, peça de equipamento ou sistema de produtos, quando adquirido comercialmente, modificado, ou feito sob medida, que é usado para aumentar, manter ou melhorar as habilidades funcionais do indivíduo com limitações funcionais.

As tecnologias assistivas são recursos utilizados para auxiliar pessoas com deficiências, ampliando sua independência e facilitando suas ações. Pode-se ter a seguinte visão acerca do que são essas tecnologias: "[...] uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências" (COOK e HUSSEY, 1995).

As tecnologias assistivas auxiliam as pessoas com deficiência a se incluírem cada vez mais no meio digital. Essas tecnologias envolvem produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

2.4 Práticas de intervenção pedagógica e inclusão de deficientes no mercado de trabalho

O trabalho é algo que define o ser, pois os atos executados na sociedade podem ser exemplos para formação profissional. Além disso, o uso de experiências do cotidiano podem servir para construir identidades na formação para o trabalho, nas dimensões econômicas, políticas, éticas e profissionais.

O trabalho pode até se confundir com os princípios educativos, os quais conceituam a existência humana, até porque antes da constituição de ambientes físicos próprios para educação, o trabalho já educava e trazia consigo importâncias sociais ligadas à formação, sendo o trabalho uma condição de existência para o homem. É uma necessidade eterna, resultado do intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza (LUKÁCS, 1979, p.16). Porém, entende-se a importância da Educação Formal, da capacitação profissional na formação adequada, para que esta seja refletida no fazer, e que possa ser transmitida para outras pessoas.

A educação profissional tem como enfoque a formação para o trabalho, oferecendo ao homem a produção da sua existência, não apenas economicamente, mas para a existência como um todo. De acordo com Barato (2002, p.147): “para não fazer da educação profissional aquilo que educadores críticos de todos os matizes chamam de ‘mero adestramento’ [...] é preciso buscar referências epistemológicas capazes de assegurar tratamento analítico da técnica enquanto um saber”.

Sendo assim, a formação educativa através do trabalho não possui fronteiras entre formação geral e técnica: é a junção das duas esferas do saber. A educação profissional é a educação para o trabalho, e o trabalho pode sim ser uma “escola”, projetando o trabalho como princípio educativo, como uma ferramenta que educa.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se configura como quali-quantitativa. Ressalta-se que o projeto de intervenção pedagógica teve sua aplicação inviabilizada devido ao período pandêmico ocasionado pela COVID-19, período que segundo o Ministério da Saúde já soma mais de 600.000 óbitos em todo Brasil.

Neste sentido, a finalidade do trabalho é apresentar uma proposta de intervenção pedagógica que possa ser aplicada por profissionais de educação em cursos técnicos.

3.1 Participantes

Os sujeitos que farão parte da pesquisa são 30 alunos, de ambos os sexos, com faixa etária de 18 a 20 anos. Os estudantes devem estar regularmente matriculados em uma turma

do curso técnico em administração, de uma escola situada no município de Santa Rita, Paraíba.

3.2 Instrumentos

No decorrer da intervenção pedagógica, serão utilizados questionários, escalas e materiais pedagógicos, conforme o descrito a seguir.

Para coletar informações do conhecimento prévio dos alunos sobre a temática PCD será aplicado um questionário, elaborado pelo autor do artigo, no qual haverá cinco questões fechadas. A aplicação será de forma coletiva, via *Google Forms*, com duração média de 20 minutos.

Após aplicação do questionário, será introduzido um material impresso contendo trechos das leis sobre cotas (LEI Nº 8.213) e direitos da pessoa com deficiência (LEI Nº 13.146), para promover um pequeno debate entre os alunos, com duração aproximada de 25 minutos.

Após a introdução do material impresso e debate entre os alunos, será aplicada uma escala tipo *likert*, contendo cinco questões que abordará os impactos da intervenção pedagógica sobre os discentes. Como por exemplo: “Como a prática de intervenção mudou sua visão sobre o PCD e a execução de atividades laborais?”. A escala funcionará da seguinte forma: 1 (um) corresponde a pouco influenciado, 2 (dois) corresponde a razoavelmente influenciado e 3 (três) a muito influenciado, totalizando 15 pontos.

Assim, ao final do preenchimento da escala, será solicitado aos estudantes um vídeo de até 5 minutos que deverá ser enviado ao orientador da atividade, expondo a bagagem adquirida sobre a temática PCD e o mercado de trabalho.

3.3 Procedimentos

A proposta de intervenção pedagógica visa a inclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho. Neste sentido, tratará de situações presentes no ambiente de trabalho que permitam ao aluno identificar os desafios presentes no cotidiano da Pessoa com Deficiência.

Inicialmente será feita uma sondagem com os estudantes com a introdução de um questionário com o objetivo de coletar informações do conhecimento prévio dos alunos sobre a temática PCD.

Posteriormente, serão introduzidas situações-problemas acerca do cotidiano da Pessoa com Deficiência no ambiente de trabalho. Para aprofundar tais situações, será passado para os estudantes material teórico contendo informações sobre o que são PCD, quais as limitações das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, o papel do educador na formação do PCD e a legislação específica da lei de cotas. A ideia é relacionar a pessoa com deficiência ao ambiente de trabalho, desmistificando suas limitações.

Nesta direção, a intervenção pedagógica será realizada em três momentos distintos. Na primeira etapa será contemplado a parte teórica, com introdução de leis e vídeos sobre o PCD. Na segunda etapa, haverá uma visita técnica ao ambiente de trabalho de uma empresa de logística e, na etapa final, será realizada com os estudantes uma avaliação da funcionalidade da intervenção.

Na etapa inicial, composto por 1 hora-aula, haverá a introdução da teoria para os alunos através de materiais didáticos, registros impressos com definições sobre PCD, abordando, por exemplo, a lei de cotas que está presente há mais 30 anos na legislação e ainda é pouco difundida, especificando que na presente legislação as proporções das cotas para empregar pessoas com deficiência variam de acordo com a quantidade de funcionários. Com a introdução da Lei de Cotas também serão especificados os órgãos responsáveis pela fiscalização e as punições, caso haja o descumprimento da legislação. Punições essas que podem alcançar multa de até R\$228.000,00 (duzentos os vinte e oito mil reais).

Ainda na parte teórica, através de vídeos explicativos, os alunos terão a chance de entender uma situação em que uma pessoa com limitações motoras precisa executar atividades em um setor de logística, observando quais as limitações do ambiente físico de trabalho, as principais adaptações para facilitar a locomoção e quais as tecnologias assistivas seriam úteis para facilitar a execução das atividades pela Pessoa com Deficiência.

Após a abordagem teórica, será proposto um debate entre os alunos sobre o conhecimento dessas informações, assim como será sugerido um aprofundamento da temática através da busca por materiais em revistas, como a Revista Nacional de Reabilitação (Reação), e vídeos explicativos em canais digitais (Youtube) sobre o tema PCD. Esse aprofundamento deverá ser realizado pelo aluno de forma individual, fora do espaço de sala de aula.

Na segunda etapa, haverá a imersão no ambiente de trabalho. Ocorrerá uma aula de vivência externa (visita técnica), onde os alunos devem acompanhar o papel do técnico em administração na logística de uma empresa. A proposta é retratar o uso das competências atribuídas no setor de logística e a sua importância para integração com os demais setores da empresa.

Nessa abordagem é necessário o papel do educador como mediador, que articulará o conhecimento teórico ao ambiente, trazendo o conhecimento como resultado da interação com o meio no qual a visita ocorrerá, facilitando assim o processo de aprendizagem através da prática.

Para realizar a visita, é fundamental a utilização dos materiais abordados na aula teórica, trazendo as definições sobre PCD, tecnologias assistivas e legislação, assim facilitando a visão do ambiente de trabalho.

Para o bom desenvolvimento da atividade prática por Pessoas com Deficiência, o ambiente da visita deve possuir acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção, como também, caso necessário, intérpretes para auxiliar na compreensão por pessoas com dificuldade de visão, audição e fala.

Na aula prática, os alunos realizarão análises do ambiente de trabalho, da função do técnico em administração no setor de logística, como também dos equipamentos e recursos utilizados por ele para o desenvolvimento de sua função.

Será demonstrado como os recursos tecnológicos são fundamentais para auxiliar o PCD no ambiente de trabalho, visto que o setor de logística é gerido por software, sendo necessário promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação através de recursos como assistente de leitura, por exemplo, caracterizado como uma tecnologia assistiva.

Na etapa final, haverá uma reflexão acerca da visita técnica e será aplicado o questionário em formato de escala para que os alunos respondam e o professor tenha *feedback* da intervenção. Como processo avaliativo, além da análise dos debates em sala acerca do material didático e conhecimentos prévios, será solicitada a gravação de um vídeo de até 5 minutos, no qual o aluno deve expor a bagagem adquirida no decorrer do processo de aprendizagem, elencando os pontos que os ajudaram a crescer no entendimento sobre o PCD e a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Com o objetivo de desmistificar as limitações da PCD no mercado de trabalho, foi proposta a introdução de conceitos e conhecimentos acerca das Pessoas com Deficiência. Neste sentido, o aluno passará a ter visão diferenciada sobre as limitações, além de aumentar seu interesse sobre o assunto. As experiências de vivências com indivíduos com deficiências tomarão o direcionamento da aceitação social das pessoas com limitações.

Nesta direção, com o desenvolvimento da atividade, espera-se como resultado uma reflexão sobre a desmistificação das limitações das Pessoas com Deficiência no ambiente de trabalho, além do entendimento das definições de Pessoas com Deficiência, tipos de deficiência, adaptações a PCD, leis de cotas e tecnologias assistivas.

Será proposto trazer aos estudantes a importância da inclusão do PCD no Mundo de Trabalho. Neste sentido, é esperado que os alunos compreendam que, apesar das limitações existirem, é possível que diversas atividades sejam executadas por pessoas com deficiência e que, para isso, recursos tecnológicos, como tecnologias assistivas, podem favorecer e tornar acessíveis os ambientes. Espera-se que os envolvidos percebam a finalidade dos assuntos abordados e liguem-nos à atuação profissional, sendo a intervenção um meio facilitador.

Esse conhecimento pode contribuir para uma ampliação da inclusão das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, tendo em vista que esse público acaba sendo introduzido apenas em empresas que possuem obrigatoriedade para contratação de PCD.

É de importância que os estudantes venham a entender que as pessoas com deficiência estão no convívio social e são sujeitos capazes de contribuir de forma igualitária para sociedade. Há entendimento de que a teoria é elemento primordial para formação acadêmica, mas a prática é a concretização do que foi adquirido na teoria, tornando-se necessária para exemplificar a autonomia da PCD no ambiente de trabalho.

Nesta perspectiva, na parte prática da intervenção, que é a visita técnica, os discentes levarão em consideração o espaço arquitetônico de uma empresa, observando a existência ou não de adaptações em banheiros, rampas de acesso, sinalização tátil, como também os recursos tecnológicos que podem auxiliar a superar as limitações com mais facilidade.

Considerando ser uma turma que está em formação, tais observações e conhecimento sobre a PCD e as formas de superar as limitações influenciarão na construção de pessoas

capazes de gerir situações envolvendo pessoas com deficiência com maior conhecimento e menos conceitos mal formulados.

Outro desafio que entrará em pauta é a forma como a PCD é vista pelos demais membros da empresa, que muitas vezes não estão habituados às adaptações e a vivência com pessoas com deficiência em um ambiente de trabalho, causando desconforto.

Ao final da intervenção busca-se uma relevância social, onde a bagagem de conhecimentos adquiridos no decorrer da prática mudará a visão dos alunos com as pessoas com deficiência e suas limitações.

5 CONCLUSÃO

A reflexão e a construção do conhecimento acerca da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, são de grande importância para desmistificação das limitações da Pessoa com Deficiência. Demonstra que existem recursos físicos, como rampas, estruturas adaptadas em altura e tátil, e também tecnológicos, como *software* de leitura de tela, capazes de suprir as limitações da pessoa com deficiência.

Apesar de mais de 20% da população brasileira possuir algum tipo de deficiência, ainda existem muitos conceitos prévios, mas a visão sobre algo passa a mudar quando existe a compreensão das definições, deixando de lado concepções errôneas sobre as pessoas com deficiência, assim podendo compreender que as limitações podem não deixar de existir, mas existem formas de superá-las.

Nesta perspectiva, pessoas com alguma deficiência física, sensorial ou intelectual devem ter suas necessidades atendidas em qualquer espaço. No entanto, a realidade está distante disto. Apesar da existência de leis que tem como objetivo a inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho, o caminho para inclusão ainda é longo. Porém, existe um caminho de evoluções, caminho esse que apresenta ferramentas e saberes que podem interagir com outras formas de conhecimento, facilitando a inclusão da pessoa com deficiência.

Observando ambiente de trabalho pelo olhar de uma Pessoa com Deficiência, será notado que, de acordo com a particularidade do PCD, são necessários recursos de acessibilidade física diferentes, como também recursos de transcrição de dados, por exemplo.

Vale ressaltar que muitas vezes as competências atribuídas podem ser executadas pela PCD de forma simples e sem precisar de grandes adaptações, dependendo do tipo ou grau de deficiência da pessoa.

6 REFERÊNCIAS

BARATO, J. N. **Escritos sobre tecnologia educacional e educação profissional**.

São Paulo: Editora Senac, 2002.

BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. 13.146. **Diário Oficial da União, Presidência de Republica**, Brasília, pág. nº 14809, DF. 25 de julho de 1991.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. Diário Oficial da União, Presidência de República, pág. nº 03, Brasília, DF, 7 de Julho de 2015.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. 2007, Brasília, DF. Ata VII... Brasília: Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas - CAT CORDE / SEDH / PR, 2007.

COOK, A. M. e HUSSEY, J.M.P. **Assistive Technologies: Principles and Practices**, Mosby - Year Book: Elsevier, Missouri, EUA, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando no silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográfico 2010**. Pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-deficiencia.html#:~:text=Em%20nosso%20pa%C3%ADs%20existem%20muitas,algum%20tipo%20de%20incapacidade%20mental>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

INCAPACITADO. MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=incapacitado>. Acesso em: 26/03/2022.

IMBERT, Francis. **Para uma práxis pedagógica**. Brasília, DF: Plano, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do ser social – **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MELLO, M. **Tecnologia assistiva**. In: GREVE, J. M. D.; AMATUZZI, M. M. Medicina de reabilitação aplicada à ortopedia e traumatologia. São Paulo: Manole, 1997.

PESSOA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pessoa/>. Acesso em: 17/03/2022.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

SILVA, L.S. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de Trabalho e seus desafios, 2021.

SOUZA, A.L.A; VILAÇA, A.L.A., TEIXEIRA, H.B. **A metodologia ativa e seus benefícios no processo de ensino aprendizagem**. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE, 2021.

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

TCC + CATALOGRAFICA

Assunto: TCC + CATALOGRAFICA
Assinado por: Jose Junior
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- José Bento Júnior, ALUNO (202027410204) DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CAMPUS CABEDELLO, em 02/07/2022 16:01:34.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/07/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 561358

Código de Autenticação: aa5f912247

